



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA REFORMA DO MUSEU ETNO - ARQUEOLÓGICO

1. OBJETO

O presente documento trata dos procedimentos e orientações necessárias para contratação de Empresa através de abertura de Processo Licitatório, objetivando a execução de obras de **Reforma, Adequação da Acessibilidade e Restauro do Museu Etno- Arqueológico de Itajaí - Bairro Itaipava de Itajaí/SC**, objetivando sanar as patologias desta Edificação Histórica da cidade de Itajaí.

2. JUSTIFICATIVA

O Museu Etno-Arqueológico, localizado na avenida Itaipava, é um Patrimônio local reconhecido desde que o mesmo era uma estação ferroviária. É remanescente da linha férrea do século XX, e importante ponto de preservação da memória da ocupação da área rural da região, além de abrigar o laboratório de arqueologia, dedicado à arqueologia pré-histórica do sambaqui e à etnografia rural.

O projeto baseia-se no parecer emitido em janeiro de 2019, anexo ao processo, o qual faz parte de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta com o MP – Ministério Público.

Considerando que se trata de uma edificação antiga, com valor histórico e tombada, foram encontradas irregularidades que superam a manutenção preditiva.

Estas irregularidades estão associadas, na maior parte das vezes, a soluções pontuadas como CORRETIVAS as quais possuem como causa a execução de obras para mudança de uso da edificação, incluindo as técnicas construtivas utilizadas e os materiais aplicados.

Considerando que o Município, não dispõe de equipe técnica e equipamentos em número e qualidade para atender a necessidade de execução dos serviços de reforma.

Por esses motivos expostos, a Superintendência Administrativa das Fundações por meio da Fundação Cultural de Itajaí, solicita que seja realizada licitação na modalidade tomada de preço, do tipo menor preço, em regime de empreitada por valor global (**Pregão**), na forma e condições estabelecidas em Edital com seus anexos e em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, para a contratação de empresa de arquitetura/engenharia para o reforma do Museu Etno-Arqueológico.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS:

A presente Licitação terá a modalidade **VALOR TOTAL GLOBAL**, tem por objetivo a contratação de Empresa para execução, por regime de empreitada por preço global, menor valor dentro das especificações da obra abaixo descrita.

Reforma da área total de **206,06 m²** (duzentos e seis vírgula seis metros quadrados) compreendendo a descrição da obra constante no Memorial Descritivo da Reforma. O Valor total Global da reforma, conforme planilha orçamentária é de **R\$ 386.191,44** (trezentos e oitenta e seis mil cento e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme Bloqueio Orçamentário Despesa 231-3.3.90.00.00.

O entorno da obra deverá ser sinalizado de modo a orientar os transeuntes durante o período de obras, identificando homens e equipamentos, assim como desvios e mudanças de tráfego de veículos na via e de pedestres que se utilizam do passeio no perímetro da edificação, que possam eventualmente ocorrer.

Todos os serviços preliminares necessários à execução da obra serão de inteira responsabilidade da Contratada. Alguns exemplos dessas operações, como podas de árvores, limpeza da área externa, remoção de mobiliários, aplicação de tapumes (caso haja necessidade).

A Contratada responderá pelas consequências de danos ocasionados a terceiros, pelas irregularidades ou quaisquer outras anomalias ocorridas durante os serviços executados, sem ônus para a Contratante.

4. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS



Os Serviços abaixo descritos estão previstos na planilha orçamentária da obra.

Os quantitativos estimados foram previstos considerando a possibilidade de utilização dos materiais e serviços para a execução da obra. Deste modo, a necessidade do emprego destes terá que ser constatada pela Fiscalização.

O escopo detalhado dos serviços envolve a execução de todas as exigências previstas no Projeto Básico e no Memorial Descritivo com demais anexos do Edital da Licitação.

Todos os serviços serão executados em consonância com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Composição de Custos e demais anexos que compõe o presente Projeto Básico.

As Normas, Manuais, Instruções e Especificações vigentes da ABNT, deverão ser obedecidos. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecidas, com a respectiva justificativa será submetida à consideração da Fiscalização, a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a Contratada:

- 1) Cumprir todas as exigências constantes do Projeto Básico e seus anexos.
- 2) Deverá ser instalada a placa de identificação da obra, em chapa de aço galvanizado, em local visível e em conformidade com as diretrizes e padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Itajaí.
- 3) Alocar profissionais habilitados para o desenvolvimento dos trabalhos (engenheiro civil e técnico de segurança do trabalho). A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro de equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- 4) Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registrado no CAU ou CREA, que comprove ter o profissional os serviços exigidos na qualificação técnica do presente Projeto Básico, com características compatíveis com o objeto desta licitação.

- 5) Emitir relatórios quinzenais das atividades desenvolvidas, em que constarão todas as informações técnicas relacionadas ao serviço.
- 6) Executar os serviços dentro das disposições contidas no Projeto Básico e Memorial Descritivo, e de modo geral, as Especificações e Normas Técnicas vigentes, pertinentes aos serviços em licitação, assim bem como as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e quando houver, dos Órgãos Ambientais.
- 7) Seguir o Cronograma Físico das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação "in loco" e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.
- 8) Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo o que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.
- 9) Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.
- 10) Prestar orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse, em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.
- 11) Supervisionar e coordenar os trabalhos, primando pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
- 12) Manter durante a execução dos serviços, os funcionários devidamente uniformizados, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e utilizando equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), devidamente apropriados e regulamentados.
- 13) Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividade em execução, mantendo estreita comunicação com a Fiscalização.
- 14) Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização.

- 15) Providenciar junto ao CREA/CAU, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)/Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), relativa aos serviços objeto da licitação, apresentando o documento em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.
- 16) Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional a Administração Pública.
- 17) Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado constantemente as devidas limpezas da via, recomposição de calçadas e via apta ao trânsito.
- 18) Promover medidas de proteção para a redução e/ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus funcionários, bem como fornecer os equipamentos de proteção individual, necessários, tais como luvas, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, capacetes, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.
- 19) Cabe a Contratada, perante os seus funcionários, todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.
- 20) Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da Classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional a Administração Pública Municipal.
- 21) A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Administração Pública Municipal, nem poderá onerar o objeto desta licitação/contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Pública.
- 22) Apresentar a Fiscalização, a etapa inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão remanejados, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.
- 23) Apresentar a Fiscalização, o organograma com a distribuição dos

cargos e funções, acompanhado do Plano de Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de toda a equipe de funcionários envolvidos na obra.

24) Verificar e compatibilizar todos os desenhos e projetos, fornecidos para a execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões as Normas Técnicas, ou posturas, caberá a Contratada formular imediata comunicação escrita a Fiscalização, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

25) Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

26) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados ou que se verifiquem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados de ciência pela Contratada, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização.

27) Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

28) Submeter à Fiscalização as amostras de todo o material a ser empregado na reforma, com o objetivo de avaliar a qualidade dos materiais e verificar se estão dentro das Normas Técnicas.

29) A Contratada deverá abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto desta licitação, sem prévia autorização da Administração Pública.

30) Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

31) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos, e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa ou de qualquer de seus funcionários e prepostos, obrigando-se por quaisquer

responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento desta licitação.

32) Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus funcionários, diretamente a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo.

33) Prestar esclarecimentos a Fiscalização, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolva a Contratada, independente de solicitação.

34) A Contratada, deverá comprometer-se a cumprir a legislação ambiental vigente, da Associação brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais legislações pertinentes.

35) Qualquer operário ou empregado da empresa Contratada, ou de qualquer subcontratada, que na opinião da Fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser afastado imediatamente pela contratada.

36) Todos os equipamentos utilizados deverão ser adequados de modo a atender às exigências dos serviços e produzir a quantidade e qualidade satisfatória. A fiscalização poderá ordenar remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento que não atenda as exigências dos serviços.

37) Será de inteira responsabilidade da contratada a sinalização do local onde se desenvolverá os serviços, durante o período de execução.

38) Será de inteira responsabilidade da contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes do não cumprimento de qualquer norma que envolva a contratação, não excluindo ou reduzindo a referida responsabilidade, a existência da Fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

39) A contratada terá responsabilidade exclusiva sobre a segurança e assistência de seus empregados fazendo cumprir, no que couber, exigências da Lei n. 6.514 de 22/12/1977 e suas Normas Regulamentadoras.

40) Os serviços serão considerados concluídos mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, de acordo

com o Artigo 73 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, podendo ser exigidos antes da emissão do Termo a limpeza geral, bem como reparos, caso a Fiscalização julgar necessário.

41) Quanto a destinação de resíduos da construção civil, referente a reforma, todo material excedente deverá ser retirado do local e direcionado para destino adequado, obedecendo legislação específica se acaso existir para isso no município.

6. FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização ficará a cargo do Servidor - Arquiteto João de Barros Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, cedido por meio convênio para Superintendência Administrativa das Fundações, e será exercida objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

O Contratante manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessário ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

A Contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, este Projeto Básico, orçamentos, cronogramas, correspondências, diário de obras, etc.;
- b) Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos trabalhos;
- c) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização;

- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, bem como nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- e) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- f) Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Projeto Básico;
- g) Verificar e aprovar as soluções alternativas propostas para a execução do objeto quanto a sua adequação técnica e econômica de modo a atender às necessidades da Contratante;
- h) Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- i) Receber provisoriamente e definitivamente a documentação final de cada etapa do Projeto, verificando o atendimento as especificações e a apresentação de todos os documentos previstos.
- j) A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
- k) As reuniões realizadas serão documentadas e exercidas de modo sistemático pela Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- l) As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá apresentar a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART) / Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente paga(s), referente(s) ao(s) serviço(s) executados. A(s) ART(s)/RRT(s) deve(m) conter o(s) nome(s) do(s) Responsável(eis) e o endereço do local de execução do serviço.

A contratada deverá manter no local de execução da obra um profissional habilitado para realizar o acompanhamento dos serviços.

8. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

Na execução do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independente de citação:

- a) Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP (Decreto nº 92.100/85);
- b) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA;
- c) Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- d) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- e) Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;
- f) Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- g) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

- h) Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato;
- i) Legislações ambientais e licenciamentos necessários;
- j) Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- k) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. **Certificado de Registro e Regularidade da empresa (pessoa jurídica):** A proponente deverá comprovar regularidade e registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.
 - Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade da empresa.
- b. **Certificado de Registro e Regularidade do Profissional (pessoa física):** Apresentar registro e/ou certidão de inscrição e comprovante de regularidade junto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do profissional responsável técnico pela condução do serviço contratado e a comprovação do vínculo empregatício, devendo constar, no mínimo:
1 (um) Arquiteto ou Engenheiro Civil;
 - Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade;
 - Comprovação de vínculo empregatício do profissional.
- c. **Capacidade Operacional (pessoa jurídica):** A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA, ter executado:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA - OPERACIONAL	
Execução de obras de restauro	Quantitativo mínimo: 200 m²

- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- CAT(s), devendo ser acompanhada(s) das respectivas RRT/ART(s) em caso de necessidade de complementação de informações.

- c.1) Será permitida para a comprovação quantitativa mínima de todos os itens acima a apresentação de certidão e atestado proveniente de no máximo 03 (três) contratos distintos. A limitação da quantidade de atestados exigida para comprovar a Capacidade Operacional, se deve ao fato de que as obras que serão supervisionadas possuem grau de complexidade técnica de execução que exigirá aprimorados conhecimentos operacionais e profissionais, de forma a cumprir plenamente todas as exigências do Termo de Referência.
- c.2) Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s):
- Nome do contratado e do contratante;
 - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
 - Localização e data da realização da obra;
 - Serviços executados.
- c.3) Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, em acordo ao disposto no § 2º do Artigo 30 da Lei 8.666/93. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.
- c.4) A fim de agilizar a avaliação do processo, solicita-se a identificação dos Itens de Relevância Técnica nos atestados por parte da Licitante.
- d. **Capacidade Profissional (pessoa física):** O responsável técnico (pessoa física) deve comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA / CAU, experiência na execução de obra compatível em características com o objeto licitado – Execução de Obras de Restauro.
- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
 - CAT(s) acompanhada(s) das respectivas RRT/ART(s).
- e. **Orientações Gerais:**
- e.1) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA, devidamente atualizada;
- e.2) Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até

a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

e.3) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com este Projeto Básico.

A Contratante deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas neste Projeto Básico, em um prazo de 20 (vinte) dias

Os pagamentos das faturas estão condicionados:

- a) A análise e aprovação pela Fiscalização dos serviços executados;
- b) A apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) de todos os serviços executados, acompanhadas pelos seus respectivos comprovantes de quitação;
- c) O prazo para execução e entrega da obra será de 6 (seis) meses a partir da emissão da ordem de início dos serviços.
- d) O pagamento, decorrente dos serviços, será efetuado mediante

crédito em conta corrente, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal atestada após a aprovação dos serviços, pelo Servidor ou Comissão de Fiscalização designada, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, incisos I e II, alíneas “b” (conforme o caso), da Lei nº 8.666/93 e alterações.

e) O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações quanto à Justiça do Trabalho inclusive apresentando folhas de pagamento que comprovem os direitos de vale transporte, vale alimentação e pagamento de salário família quando necessários. Estar em dia com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) O pagamento somente será efetuado após “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

g) Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do Processo, Contrato Administrativo, empenho, a quantidade, o preço unitário e o total dos itens expressos em reais.

h) Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.

i) A Empresa vencedora deverá indicar, com a documentação fiscal, o número de sua conta bancária através da qual poderá ser efetuado o pagamento das despesas.

j) As medições serão processadas mensalmente, de acordo com os quantitativos da planilha, exceto a inicial e a final.

k) Os serviços deverão ser acompanhados de relatórios fotográficos, memórias de cálculo e demais elementos que se fizerem necessários, com assinaturas de todos os técnicos que participaram da execução do mesmo

com as devidas anotações dos respectivos conselhos nas entidades de classe.

11. DA VISITAÇÃO AO LOCAL DOS SERVIÇOS

A empresa interessada na participação da licitação deverá, através de preposto devidamente credenciado, conhecer dos locais onde serão realizadas as obras, inteirando-se suficientemente da natureza, vulto e todas as condições que envolvem a execução das mesmas. O fato da concorrente não se inteirar devidamente de todos os detalhes e condições, não será posteriormente motivo de qualquer reclamação a respeito.

A vistoria propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo àquilo que possa de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, Declaração de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto da licitação, responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais das obras, não podendo nada pleitear ou reclamar a respeito.

12. DAS MEDIÇÕES

As medições mensais serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados e serão feitas pela Equipe de Fiscalização da Secretaria de Urbanismo, devidamente acompanhado por um representante designado pela Contratada.

Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório a **abertura do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006** - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de

Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela Secretaria de Urbanismo/ Prefeitura Municipal de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: **Responsável Técnico** da licitante vencedora, pelo(s) **Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante e Coordenação Técnica da Secretaria de Urbanismo.**

13. DA RECISÃO DO CONTRATO

O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores.

Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.

É o que tínhamos a informar no momento,

Com as considerações de praxe,
Reiteramos nossos votos de estima
e consideração.

Itajaí-SC, 18 de junho de 2021.

NORMÉLIO PEDRO WEBER

Superintendente Administrativo das Fundações